

AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO

SILVA, Taiana Jorge de Araújo¹
PACHECO, Taís Poncio²

RESUMO

Este artigo visa abordar as consequências psicossociais do desemprego. Trata-se de uma reflexão teórica baseada em consulta a artigos científicos, livros e sítios governamentais que disponibilizaram dados estatísticos sobre o tema. O caminho dessa construção de ideias, passa pelo entendimento do contexto histórico da evolução e valorização do trabalho na sociedade ocidental, perpassando pelas questões econômicas, psicológicas e sociais, ressaltando-se também a grande influência da crise econômica internacional no cenário de desemprego e que repercute no estado da saúde mental do sujeito. Por essa razão, busca-se o entendimento sobre a história do trabalho e como ele se desenvolveu no sistema capitalista, se instalando e formando a base da economia até os dias atuais. A problemática consiste em perceber o indivíduo como um todo, considerando o biológico, psicológico e o ambiente como componentes que o integram e o constituem, reconhecendo as possíveis consequências numa disputa de forças desleais entre o sujeito e o capitalismo, favorecendo o fenômeno do desemprego. Desse modo, considera-se que a alta taxa de desemprego, pode causar um mal-estar na saúde mental dos sujeitos e que a atenção dos profissionais da saúde é de suma importância tanto em intervenções individuais, quanto na elaboração de Políticas Públicas e projetos sociais.

Palavras-chave: Psicologia Social. Psicologia Organizacional. Problemas Sociais. Identidade Social. Desemprego.

ABSTRACT

This article aims to describe the psychosocial consequences of unemployment. It is a theoretical reflection based on consultation with scientific articles, books and government sites that provided statistical data on the subject. The road to this construction of ideas requires an understanding of the historical context of the development and enhancement of work in the occidental society, regarding the economic, psychological and social issues, and highlighting the great influence of the international economic crisis on the unemployment scenario and the repercussion on one's mental health. Therefore, we must understand the history of work and how it has developed in the capitalist system, settling and forming the base of the economy to the present day. The problem is to understand the individual as a whole, considering the biological, psychological and environmental as components that integrate and form the people, recognizing the possible consequences in a dispute of unfair forces between the subject and capitalism, favoring the phenomenon of unemployment. Thus, it is considered that the high rate of unemployment, can cause discomfort on individual's mental health and the attention of health professionals is absolutely important both in individual interventions, as in the elaboration of public policies and social projects.

Keywords: Social Psychology. Organizational Psychology. Social Issues. Social Identity. Unemployment

¹ Discente do 5º período do curso de Psicologia, Instituto Luterano de Ensino Superior "ULBRA" de Porto Velho, email: taiana.jas@hotmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia, Docente do curso de Psicologia da ILES/ULBRA Porto Velho, Psicóloga da Universidade Federal de Rondônia.

1 INTRODUÇÃO

A partir da construção do estudo teórico, o presente artigo visa explorar os impactos no bem-estar psicossocial dos trabalhadores que perderam os seus postos de trabalhos regulamentados e, assim, são chamados de desempregados.

O desemprego é um dos principais temas das políticas sociais atualmente, pois suas taxas têm se elevado consideravelmente nos últimos anos, causando severos impactos nos comportamentos individuais, nas relações interpessoais, seja familiar ou com amigos e na economia do país.

A maior taxa de desemprego registrada no Brasil, segundo a pesquisa mensal de emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi a do mês de abril de 2004 (13,1%) e a menor foi a de dezembro de 2014 (4,3%). No decorrer do ano de 2015 as taxas só se elevaram e até março de 2016 foi registrado 9,5%, demonstrando claramente o índice alarmante que preocupa vários setores da sociedade (IBGE, 2016).

Por essa razão, as Ciências Sociais vêm estudando esse fenômeno e uma das áreas envolvidas nesses estudos é a Psicologia Social. Seu olhar se volta para a dinâmica psicossocial do indivíduo e as consequências do desemprego, a partir da compreensão da relação dialética entre o homem e a sociedade na qual o trabalho ocupa um espaço central de construção da subjetividade, gerando tanto implicações positivas quanto negativas.

Diante desse cenário, é importante a necessidade de focalizar estudos no próprio desempregado, considerando a sua subjetividade de maneira integral e a construção de sentidos que retornam para uma reestruturação social. Neste artigo, parte-se do pressuposto que as formas de manifestações do indivíduo são determinadas pela história e cultura, usando-se disso para interpretação da realidade em que está inserido e seu reflexo no comportamento individual e suas relações interpessoais.

2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO

As formas de valorização do trabalho pela sociedade em cada momento histórico, determina a construção de significados desta atividade. Na sociedade ocidental, desde a Revolução Francesa em 1789, o trabalho passou a ter uma importância diferente quando lhe foi atribuído a vinculação à dignidade humana, pois o trabalho transmutou da forma de servidão para o trabalho corporativo. E essa dignidade pode ser entendida por diversos olhares, como pertencimento à humanidade, valor espiritual e moral, assegurar-se o direito à honra, à liberdade, o respeito e os direitos fundamentais.

No entanto, o trabalho nem sempre foi valorizado na sociedade ocidental. Na idade média, época em que a igreja era o referencial para a sociedade, trabalhar significava estar mais próximo dos céus, uma obrigação divina e por isso, todos deviam ser subordinados às ordens do clero, como diz a passagem: "Tudo o que adquire um lugar fixo na vida é considerado como possuindo uma razão de existência no plano divino, na época feudal" (HUIZINGA, 1985, p.169). Além desse cunho religioso, existia a prática da subsistência. O trabalhador era preso às terras, devendo favores aos senhores feudais e toda a economia era concentrada nas mãos dessas pessoas que tinham o poder. Huizinga (1985) explica a inexistência da mobilidade social, por essa razão, não existia expectativa de melhores condições de vida resultado do trabalho. Esse cenário começou a mudar, com o fim do Feudalismo e a ascensão do capitalismo que iria modificar de vez a história e a valorização do trabalho.

O capitalismo começou a se formar na Europa durante o século XV, ganhou grande impulso durante a Revolução Industrial (século XVIII) e se espalhou pelos quatro cantos do mundo. Para Beuad (1987, p. 129) as características do capitalismo são a mão de obra assalariada, a qual era paga com baixos salários, por causa da grande demanda, economia baseada na ampla compra e venda de produtos e serviços, trabalhador livre, poder econômico descentralizado e alta mobilidade social.

Com o advento do capitalismo, novos significados foram sendo atribuídos à prática do trabalho. Neste contexto, o trabalhador poderia ascender socialmente através da acumulação de bens e de capital. A força do trabalhador ganhou

importância na economia, apesar de continuar desvalorizada, pois dependia da sua mão de obra para a produção industrial. E essa produtividade, afeta a população, como diz na seguinte passagem:

Industrialização, desenvolvimento econômico e elevação do nível de vida da população são, via de regra, estreitamente associados e afetados pela mão de obra produtiva do sistema econômico global e a dos seus diferentes setores. (RATTENER, 1967, p.1).

Assim, como a mão de obra produtiva afeta o desenvolvimento econômico e as condições de vida da população, considera-se que o trabalho tem papel central na construção do modo de produção da sociedade humana. Os autores Harbison e Myers reconhecem a atividade humana como a responsável pelo desenvolvimento da sociedade:

A construção de nações modernas depende do desenvolvimento de seu povo e da organização de toda atividade humana. Capital, recursos naturais, auxílio exterior e comércio internacional, sem dúvida alguma desempenham papéis relevantes no crescimento econômico, porém nenhum é mais importante que o potencial humano. (1964, p.5)

Então, o humano é primordial na construção da sociedade e o trabalho passa a fazer parte da construção da identidade social, pois pessoas que não trabalhavam, eram nomeadas como vadias e estigmatizadas pela sociedade. As pessoas precisavam ter seu papel ativo na economia, contribuindo para o fluxo de capital, se quisessem obter o papel de cidadão. Para os autores Chahad e Chahad (2005, p.183): "Assim, podemos dizer que essas ideias de dignidade e honestidade de um ser que trabalha são internalizadas pelo homem, tendo sobrevivido a todos esses séculos". Conforme pontua os autores, essa relação de trabalho e identidade perpassa séculos e continua na contemporaneidade.

Sendo assim, atribuir o conceito de dignidade e honestidade à atividade de trabalho, faz parte da construção da identidade visto que se relaciona à estruturação da personalidade, o sentido da vida, a sobrevivência e a existência. Afeta as dimensões psicológicas, sociais, econômicas e ontológicas.

Na sociedade humana o trabalho é central para a construção da subjetividade, pois é a atividade que permite a inserção social, para contribuir com a produção de mercadorias e o fluxo de capital, se distinguindo da atividade instintiva animal. Para Braverman (1981, p. 53): "O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a

humanidade criou o mundo como conhecemos." É através do trabalho que percebemos a relação dialética do homem com a sociedade, já que o sujeito constrói o mundo com a força do trabalho e é afetado pelo resultado de sua atividade. Percebendo por meio concreto a existência e a função do sujeito na sociedade, desenvolvendo sua individualidade por meio de sua capacidade de produzir capital.

Ademais, é notável que essa prática afeta o bem-estar psicológico dos sujeitos. Quando o indivíduo se apropria dos significados do trabalho postos pela sociedade, nem sempre os resultados são favoráveis para todos, conforme o excerto abaixo:

As pessoas são socialmente reconhecidas pelo que elas fazem. Prova disso é que uma das primeiras perguntas realizadas, quando se conhece alguém, é o que ele faz, no sentido de onde trabalha que atividades que exerce, etc. Essa resposta é dada de maneira natural porque o sujeito se identifica como um ser trabalhador. Quando perde o emprego, essa identidade é atingida e o indivíduo tem dificuldade de reconhecer-se. (CHAHAD; CHAHAD, 2005, p. 183)

Assim, devido a esta identificação e indissociabilidade entre o sujeito e sua atividade de trabalho, na ausência do trabalho, o indivíduo tem sua identidade questionada, levando a uma deteriorização da sua imagem social, posto em questionamento a sua dignidade, como explicado na passagem a seguir:

Atribuir a um homem um alto valor é honrá-lo e um baixo valor é desonrá-lo. Neste caso, alto e baixo devem ser entendidos em comparação com o valor que cada homem atribui a si próprio. O valor público de um homem, aquele que lhe é atribuído pelo Estado, é o que os homens chamam vulgarmente dignidade. (HOBBS, 2008, p. 71)

Fica claro na citação anterior, a atribuição da dignidade aos valores morais que compõem o homem e afetam a sua honra. Logo, se o sujeito relaciona a dignidade como componente de sua identidade, e a mesma é afetada negativamente, deve-se considerar um prejuízo em sua saúde mental.

3 A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE APÓS O DESEMPREGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS

Com o rápido crescimento da população e a necessidade de se produzir cada vez mais, as indústrias começaram a ser protagonistas da história da economia mundial. Por essa razão, milhares de pessoas migraram dos campos para povoar as

idades que cresciam desgovernadamente. Aumentavam os postos de trabalhos pela necessidade de abastecer a população, porém não existia um sincronismo com o número de mão de obras disponíveis. Várias pessoas continuaram sem empregos, e por haver excesso de mão de obra, houve uma desvalorização de salário, pois os trabalhadores eram em número maior que as vagas disponíveis. Isso favoreceu a exploração dos trabalhadores e, conseqüentemente, a acumulação de bens (capitalismo) pela burguesia que estava no poder na época.

Após a Revolução Industrial, com os incrementos das máquinas, a situação agravou-se pois muitos trabalhadores foram substituídos pelo avanço da tecnologia. Milhares de postos de trabalho foram retirados. A industrialização mundial trouxe benefícios para a sociedade, mas não podemos deixar de citar, os malefícios que se fez presente.

Recentemente, a revolução técnico científica e o processo de globalização, aumentaram ainda mais as taxas de desemprego no mundo. A exigência da qualificação do trabalho e mais uma vez a substituição dos trabalhadores por tecnologia, contribuem para esse fenômeno mundial. E, diante desse cenário, são conceituados 4 tipos de desemprego: Desemprego Friccional, Desemprego Estrutural, Desemprego Sazonal e Desemprego Cíclico (SANTOS, 2008).

A autora comenta sobre o conceito de desemprego ficcional:

O desemprego também não poderia ser tomado como consequência de uma decisão voluntária do trabalhador, segundo a qual naturalmente ele passaria de um emprego a outro, permanecendo um tempo à procura de trabalho, o que se constituiria em um desemprego friccional ou flutuante. (SANTOS, 2008, p. 154)

Ou seja, desemprego friccional, consistem em indivíduos desempregados temporariamente, seja por ter sido demitido, ou por estar procurando emprego, ou por estar em busca da sua primeira experiência profissional.

Já o desemprego estrutural, pode ser conceituado como consequência das mudanças na economia ou nas próprias empresas, como a automatização dos processos, dispensando a mão de obra e substituindo-as pelas máquinas. Como diz a autora Santos (2008, p.154) "Nos países de economia menos dinâmica presencia-se um aspecto mais crônico, resultante do próprio modelo de desenvolvimento e caracterizado por ser um desemprego estrutural".

Temos ainda o desemprego sazonal, que buscam trabalhadores em tempos específicos, como na agricultura, onde são admitidos e logo após a safra, são dispensados. Como exemplifica Ribeiro (2005, p.10) "Trabalhadores rurais cortadores de cana-de-açúcar seriam um bom exemplo, os quais migram de uma determinada região para outra no período de safra, retornando na entressafra."

E o último e mais temido atualmente é o desemprego cíclico. Segundo Ribeiro (2005), há uma recessão da economia, que afeta diretamente as empresas, retraindo a produção e obrigando-as a fazerem demissões em massas. O que vem acontecendo no Brasil desde que a última crise econômica que se instalou, no início de 2015 quando milhares de postos de trabalho foram fechados. De acordo com uma reportagem de Richard (2016) para a Agência Brasil, em julho de 2016, o saldo entre demissões e contratações foi de menos 94.724 empregos formais, reduzindo o poderio de compra, aumentando o endividamento e fazendo com que o desempregado questione a própria identidade.

Neste artigo, o desemprego conceitua-se como ausência de vínculos empregatícios, não possuindo, o trabalhador, quaisquer outras fontes de renda. Fecham-se portas para o indivíduo e abrem-se possibilidades para se instalar um mal-estar na saúde desses sujeitos.

Para os autores Pinheiro e Monteiro (2007) existem dois polos criados a partir do desemprego: de um lado, aqueles trabalhadores à procura de emprego em tempo integral e, de outro, aqueles trabalhadores desmotivados, que já não procuram mais emprego. Esses trabalhadores, podem estar com a saúde mental em risco, e esse risco pode perpassar por fases, como na ideia a seguir:

No primeiro momento ocorre a reação do indivíduo que busca soluções para seu desemprego, contudo ele já demonstra alguns sintomas, como mudança de humor e insônia. A segunda fase caracteriza-se pela transição, na qual presencia-se desânimo, tristeza e o início de um processo de isolamento. A adaptação patológica frente à situação é a terceira fase, sendo que pode ocorrer o alcoolismo. O último momento caracteriza-se pelo embotamento afetivo e a deterioração da auto-imagem, acentuando o desalento. (PINHEIRO; MONTEIRO, 2007, p.3)

Percebe-se, então, que a situação de desemprego pode gerar sintomas físicos e psíquicos que, a longo prazo, dependendo da situação específica tanto do

sujeito quanto do contexto econômico, cultural e social, pode suscitar em patologias, como, por exemplo, o alcoolismo.

Para Barros e Oliveira (2009), o desemprego pode gerar conflitos no relacionamento familiar e social do indivíduo; isolamento social; ocorrência constante de uso de álcool ou de outras drogas; apelo anormal para a religião ou esporte; ou agravamento de problemas sociais, como por exemplo, a criminalidade e a informalidade do trabalho. Afeta o bem-estar físico e psicológico, bem como ocasiona a degradação social, levando a depressão, diminuição da autoestima, sentimento de frustração e insatisfação com a vida, vergonha, introversão, pessimismo, dificuldades cognitivas e até transtornos mentais leves.

Em muitos lares brasileiros, onde se tem apenas um provedor da renda familiar, na ausência dessa renda, o sujeito poderá se sentir possivelmente impotente, podendo ocorrer uma desestruturação na família. Associa-se também, ao aumento de casos de violência doméstica, e em alguns relacionamentos culmina em separação, afetando e gerando mais uma vez, a desorganização familiar. Como diz na seguinte passagem:

Em sociedades que não dispõem de sistema de políticas sociais mais efetivo e abrangente, como o Brasil, as condições de subsistência das famílias são determinadas por seu nível de rendimentos. Associado, fundamentalmente, tanto à renda obtida pelo seu chefe como à existência, ao número e a características de outros parentes inseridos no mercado de trabalho, e que auferem rendimentos adicionais. Por isso mesmo, as mudanças e os fenômenos assinalados vêm tendo claros e fortes impactos sobre a organização e as condições de vida das famílias brasileiras, e que afetam negativamente sua capacidade de atender às necessidades básicas de seus membros e propiciar-lhes efetiva proteção social. (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p.13)

A partir da passagem anterior, podemos perceber as influências da economia vigente, na organização da família, tendo o desemprego desdobramentos negativos nos lares.

Acrescenta-se aos efeitos do desemprego, a intensificação de doenças pré-existentes ou o aparecimento de novas doenças (PINHEIRO; MONTEIRO, 2007, p.4). As consequências psicológicas negativas são extensas, correndo o risco de sofrer com medidas extremas, como o suicídio.

Diante desse cenário, o suicídio é considerado como uma "solução" definitiva para o desempregado. Com a instalação da crise econômica internacional, houve

um aumento dos casos de suicídios, correlacionando o desemprego como principal causa. De acordo com uma pesquisa longitudinal realizada em 63 países, considerando todas as regiões do mundo, o risco relativo de suicídio associado ao desemprego era elevado em cerca de 30% durante o período de estudo, desde a crise econômica de 2008 (NORDT et al, 2015, p.239). Uma atitude extrema, com dados estatísticos elevados, que nos leva a pensar no grande impacto que o desemprego gera na subjetividade do sujeito, ocorrendo um desequilíbrio biopsicossocial do desempregado. O psicológico é afetado, somatizando doenças e gerando relações sociais deterioradas.

Além disso, o desempregado permanece numa posição na qual possui um sentimento de exclusão, inutilidade, perde o reconhecimento social, a estrutura funcional entra em crise, perde-se a rotina controlada pelo tempo e conseqüentemente a sua identidade é afetada. Surge uma nova ressignificação para essa identidade, sendo questionada e desvalorizada, já que o trabalho é a base que consolida esse significado, segundo os princípios postos pela sociedade, através da histórica valorização do trabalho.

Sendo assim, o sujeito é obrigado a se colocar numa posição indesejável, estigmatizado pela sociedade, causando agravamentos em sua saúde mental. Há uma baixa resiliência para que esses sujeitos obtenham motivações e saiam à procura de novas oportunidades de emprego. Mas, quando conseguem esse estímulo e uma vaga, pode ser que a sua saúde mental, tenha sofrido danos e que o sujeito não seja mais o mesmo.

Estar desempregado, está frequentemente associado a sentimento de incompetência e culpa, visto que muitos indivíduos se apropriam da ideologia da meritocracia disseminada na sociedade liberal e vêm-se como o único responsável do sucedido, internalizando que se fossem mais competentes ou mais habilidosos possivelmente não estariam fora do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva de sofrimento do indivíduo desempregado, a psicologia pode apresentar ferramentas eficazes para trabalhar com esses sujeitos. Projetos como descreve a seguir as autoras, é uma das opções:

O projeto-piloto foi voltado a mulheres e homens desempregados com mais de 24 anos de idade, moradores da região metropolitana de São Paulo,

através de trabalho em grupo com 10 pessoas, totalizando sete encontros. A proposta teve como foco a constituição de um lugar de reflexão e troca de experiências entre os participantes tanto em relação ao desemprego (às diversas compreensões, repercussões e formas de lidar com a situação), como sobre suas trajetórias de vida e trabalho e as possibilidades e limites das táticas e estratégias pessoais e coletivas para geração de renda e trabalho. (FARINA; NEVES, 2007, p. 2)

A partir desse projeto, podemos perceber que existem instrumentos para se trabalhar a saúde mental do indivíduo e diminuir os impactos causados pelo desemprego. A atenção dos profissionais da área da saúde para problemas como esse, que emergem na contemporaneidade, é de suma importância para o bem-estar coletivo. A psicologia precisa acolher esses sujeitos, para mediar essa problemática.

Porém, projetos isolados podem ser pouco eficazes. É necessário outros suportes e redes sociais que visam entrelaçar modos de enfrentamento ao desemprego. Esses podem fomentar conhecimentos que subsidiem o delineamento de políticas públicas comprometidas com as dimensões psicológicas e afetivas relacionadas a trabalho e desemprego.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o tema desemprego esteja emergindo em nossa sociedade, as consequências psicossociais desse fenômeno precisam ser repassadas e debatidas.

Pode-se, então, ressaltar que mais do que um problema meramente econômico, o desemprego elevado é um problema psicológico e social. Desta forma, é fundamental que a análise e avaliação do desemprego ultrapassem a lógica puramente econômica, englobando também a própria pressão psicológica que dado fenômeno promove sobre o desempregado.

Vale ressaltar a importância dos profissionais da área da saúde no acompanhamento das pessoas que estão perdendo os seus empregos, buscando intervenções apropriadas para que o sujeito supere e vá em busca de novas oportunidades, fazendo-se de uma crise, uma chance de reestruturar-se e ressignificar a própria identidade, para a sua existência. Além de intervenções individuais, é necessário, principalmente, que a Psicologia reflita, questione e

contribua para o desenvolvimento de Políticas Públicas e projetos sociais que visem a transformação desta realidade, visto que o desemprego não pode ser posto apenas na conta do sujeito já que é uma produção da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, C. A.; OLIVEIRA, T. L. Saúde Mental de Trabalhadores Desempregados. **Rev. Psicol. Organ. do Trab.**, Florianópolis, v.9 n.1, p. 86-107, jun. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v9n1/v9n1a06.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BEAUD, M. **História do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. de. Família e Proteção Social. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v.17, n. 2, p. 109-122, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CHAHAD, C.; CHAHAD, J. P. Z. Os impactos psicológicos do desemprego e suas consequências no mercado de trabalho. **Revista da Abet.**, São Paulo, v. 5, n.1, p. 179-218, jan/jun. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15693/8948>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FARINA, A. S.; NEVES, T. F. S. Formas de lidar com o desemprego: possibilidades e limites de um projeto de atuação em psicologia social do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.10, n.1, p. 21-36, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25807/27540>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

HARBISON, F.; MYERS, A. **Education, Manpower, and Economic Growth**. New York: McGraw-Hill, 1964.

HOBBS, T. **Leviatã**. 2 ed. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008.

HUIZINGA, J. **O Declínio da Idade Média**. Brasil: Ulisseia, 1985.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**: fevereiro 2016. IBGE, 2016. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/pme_201602pubCompleta.pdf>
Acesso em: 15 mar. 2017.

NORDT, C. et al. Modelling suicide and unemployment: a longitudinal analysis covering 63 countries, 2000–11. **The Lancet Psychiatry**, London, v. 2, n. 3, p. 239–245, mar. 2015.

PINHEIRO, L. R. S.; MONTEIRO, J.K. Refletindo Sobre Desemprego e Agravos à Saúde Mental. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.10, n.2, p. 35-45, dez., 2007. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25799/27532>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

RATTENER, H. Produtividade e desenvolvimento **Rev. Adm. Empres.** São Paulo, vol.7 no.25, dez. 1967

RIBEIRO, P. S. **Princípios da Economia**. 2 ed. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.

RICHARD, I. Brasil fechou mais de 94 mil postos de trabalho em julho. **Agência Brasil**, Brasília, 2016. Disponível em:
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-08/brasil-fechou-mais-de-94-mil-postos-de-trabalho-em-julho>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SANTOS, G. P. G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 151-161, maio/ago, 2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a11v19n2.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.